

Banco Randon S.A.

**Demonstrações contábeis
consolidadas do conglomerado
prudencial em 30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Acionistas e aos Conselheiros do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 as referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas, que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 21 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da resolução nº 4.280, CMN, e regulamentações completares do BACEN, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,



dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBCT A 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wladimir Omiechuk'.

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante		<u>401.621</u>	<u>345.839</u>	Circulante		<u>147.745</u>	<u>180.340</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>40.231</u>	<u>10.827</u>	Depósitos	12	<u>7.826</u>	<u>24.933</u>
Títulos e valores mobiliários	5	<u>57.400</u>	<u>52.742</u>	Depósitos a prazo		7.826	24.933
Títulos de renda fixa		52.888	18.047	Obrigações por empréstimos		<u>50.586</u>	<u>67.574</u>
Cotas de fundos de investimento		4.512	34.695	Obrigações por empréstimos e repasses	13	50.586	67.565
Operações de crédito		<u>220.043</u>	<u>217.416</u>	Empréstimos no país		-	9
Setor privado	6a	226.844	226.855	Outras obrigações		<u>89.333</u>	<u>87.833</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(6.801)	(9.439)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		203	183
Outros créditos		<u>62.364</u>	<u>64.043</u>	Sociais e estatutárias		3.631	1.972
Recursos pendentes de recebimento	7	54.373	57.477	Fiscais e previdenciárias	14	4.127	5.955
Outros créditos - diversos	8	7.991	6.566	Recursos pendentes de recebimento	7	54.373	57.477
Outros valores e bens		<u>21.583</u>	<u>811</u>	Recursos não procurados		8.034	9.214
Bens não de uso próprio	10	21.261	193	Outras obrigações - diversas	15	18.965	13.032
Despesas antecipadas		322	618	Exigível a longo prazo		<u>222.289</u>	<u>150.200</u>
Realizável a longo prazo		<u>114.091</u>	<u>129.043</u>	Depósitos	12	<u>69.842</u>	<u>7.931</u>
Operações de crédito		<u>59.911</u>	<u>71.545</u>	Depósitos a prazo		69.842	7.931
Setor privado	6a	62.402	74.788	Obrigações por empréstimos		<u>54.132</u>	<u>50.705</u>
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6b	(2.491)	(3.243)	Obrigações por empréstimos e repasses	13	54.132	50.705
Outros créditos		<u>54.105</u>	<u>57.238</u>	Outras obrigações		<u>98.315</u>	<u>91.564</u>
Outros créditos - diversos	8	46.596	46.233	Outras obrigações - diversas	15	98.315	91.564
(-) Provisão com outros créditos diversos	8	(26.568)	(26.646)	Resultado de exercícios futuros		<u>748</u>	<u>997</u>
Pagamentos a ressarcir	9	34.077	37.651	Resultado de exercícios futuros	17	748	997
Outros valores e bens		<u>75</u>	<u>260</u>	Participação de não controladores		<u>65.010</u>	<u>64.572</u>
Despesas antecipadas		75	226	Patrimônio líquido		<u>80.919</u>	<u>79.868</u>
Outros valores e bens		-	34	Capital			
Permanente		<u>999</u>	<u>1.095</u>	De domiciliados no país	18a	75.000	75.000
Investimentos		<u>7</u>	<u>5</u>	Reservas de lucros		2.487	2.142
Imobilizado de uso	11	<u>550</u>	<u>595</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(1)	1
Imobilizado de uso		2.345	2.429	Lucros acumulados		3.433	2.725
Depreciações acumuladas		(1.795)	(1.834)	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>516.711</u>	<u>475.977</u>
Intangível	11	<u>442</u>	<u>495</u>				
Intangível		5.562	5.431				
Amortizações acumuladas		(5.120)	(4.936)				
Total do ativo		<u>516.711</u>	<u>475.977</u>				

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		<u>22.052</u>	<u>24.170</u>
Operações de crédito		20.265	20.819
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.787	3.351
Despesas da intermediação financeira		<u>(8.751)</u>	<u>(12.428)</u>
Operações de captação no mercado		(5.124)	(5.668)
Operações de empréstimos e repasses		(2.753)	(2.800)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(874)	(3.960)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>13.301</u>	<u>11.742</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		<u>12.637</u>	<u>12.573</u>
Receitas de prestação de serviços		74.134	65.426
Rendas de tarifas bancárias		560	374
Despesas de pessoal		(10.152)	(9.113)
Outras despesas administrativas	21	(41.741)	(37.138)
Despesas tributárias		(9.026)	(8.288)
Outras receitas operacionais	22	4.559	2.669
Outras despesas operacionais	22	(5.697)	(1.357)
Resultado operacional		<u>25.938</u>	<u>24.315</u>
Resultado não operacional		(25)	(151)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	19	<u>25.913</u>	<u>24.164</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(9.617)</u>	<u>(9.050)</u>
Provisão para imposto de renda	19	(5.289)	(6.767)
Provisão para contribuição social	19	(1.916)	(3.340)
Ativo fiscal diferido	19	(2.412)	1.057
Lucro líquido do semestre		<u>16.296</u>	<u>15.114</u>
Atribuível à:			
Controladores		<u>3.614</u>	<u>2.868</u>
Não controladores		<u>12.682</u>	<u>12.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Reserva geral de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.056</u>	<u>5.502</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>81.559</u>	<u>52.326</u>	<u>133.885</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.868	2.868	12.246	15.114
Dividendos AGO 27/04/2017	-	-	(4.559)	-	-	(4.559)	-	(4.559)
Destinação:								
Reserva legal	-	143	-	-	(143)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>75.000</u>	<u>1.199</u>	<u>943</u>	<u>1</u>	<u>2.725</u>	<u>79.868</u>	<u>64.572</u>	<u>144.440</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>143</u>	<u>(4.559)</u>	<u>-</u>	<u>2.725</u>	<u>(1.691)</u>	<u>12.246</u>	<u>10.555</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.363</u>	<u>5.320</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>81.682</u>	<u>54.150</u>	<u>135.832</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.614	3.614	12.682	16.296
Dividendos AGO 26/04/2018	-	-	(4.377)	-	-	(4.377)	(1.822)	(6.199)
Destinação:								
Reserva legal	-	181	-	-	(181)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>75.000</u>	<u>1.544</u>	<u>943</u>	<u>(1)</u>	<u>3.433</u>	<u>80.919</u>	<u>65.010</u>	<u>145.929</u>
<i>Mutações do semestre</i>	<u>-</u>	<u>181</u>	<u>(4.377)</u>	<u>-</u>	<u>3.433</u>	<u>(763)</u>	<u>10.860</u>	<u>10.097</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Randon S.A. - Conglomerado Prudencial

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	16.296	15.114
Ajustes ao resultado:		
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	874	3.960
Constituição de provisão para contingências	22	153
(Reversão)/Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	(15)	9
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	20
Depreciações e amortizações	185	208
(Reversão) de provisões com comissões	(729)	(420)
Despesas com provisão com empréstimos	2.143	1.028
Despesas com provisão com investimentos	-	11
Despesas com provisão de outras provisões operacionais	530	304
Custo dos ativos baixados	4	5
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9.617	9.050
Juros sobre dívida subordinada	3.002	4.858
Lucro líquido ajustado	31.929	34.300
Variações nos ativos e passivos	(1.675)	(3.707)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários	(14.154)	10.931
Redução em operações de crédito	12.341	26.834
Redução em outros créditos	837	1.313
(Aumento) / Redução em outros valores e bens	(21.079)	73
Aumento depósitos a prazo	14.213	5.734
Aumento / (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	7.836	(46.433)
Redução em outras obrigações	(1.501)	(1.878)
Redução em resultados de exercícios futuros	(168)	(281)
Impostos pagos sobre o lucro	(11.954)	(11.319)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	18.300	19.274
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(224)	(113)
Fluxo de caixa utilizado pelas atividades de investimento	(224)	(113)
Dividendos pagos	(5.836)	(25.921)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(5.836)	(25.921)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	12.240	(6.760)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	27.991	17.587
No fim do semestre	40.231	10.827
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	12.240	(6.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro e de direitos creditórios descontados, e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações contábeis para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações contábeis com as da Randon Administradora de Consórcio Ltda, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Diretoria em reunião realizada na data de 24 de agosto de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das Instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular n.º 2.381/1993 do BACEN. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização (“*accrual*”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo (“*write-offs*”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata*” dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j. Bens não de uso próprio

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil ou pelo valor justo de mercado, o que for menor, sendo o montante registrado em “Bens não de uso próprio”.

k. Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 11, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.535 CMN e Circular n.º 3.817 BACEN.

l. Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software*, sistema de processamento de dados e marcas e patentes) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado aos valores de custo, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução n.º 4.534 CMN e Circular 3.818 BACEN.

m. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n. Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutivo é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

- p. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base “*pro rata dia*”) e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária.

- q. Créditos tributários, impostos e contribuições**
As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. De acordo com o disposto na Circular nº 3.171/2002 BACEN e Resolução n.º 3.059/2002 CMN, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações do Banco, conforme demonstrado na Nota 19 está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 30 de junho de 2018.

- r. Resultado de exercícios futuros**
Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

- s. Estimativas**
Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. As demonstrações contábeis da Administradora incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

- t. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários**
As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida (Nota 27).

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

u. Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 27). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Operações compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	-	9.770
Notas do Tesouro Nacional	<u>38.550</u>	<u>-</u>
Disponibilidades	<u>1.681</u>	<u>1.057</u>
Total	<u>40.231</u>	<u>10.827</u>

5 Títulos e valores mobiliários

	2018						2017
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valores de mercado (contábil)	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de mercado (contábil)
Títulos para negociação							
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	7.630	14.742	22.372	22.373	7.629	18.047
Fundos de investimento	4.512	-	-	4.512	4.512	4.512	6.191
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	-	28.857	28.857	28.857	28.857	13.194
Debêntures compromissadas	<u>-</u>	<u>1.659</u>	<u>-</u>	<u>1.659</u>	<u>1.659</u>	<u>1.659</u>	<u>15.310</u>
	<u>4.512</u>	<u>9.289</u>	<u>43.599</u>	<u>57.400</u>	<u>57.401</u>	<u>42.657</u>	<u>52.742</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos investimentos em debêntures compromissadas é correspondente aos preços dos ativos divulgados por fontes externas como o site debentures.com. O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

6 Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2018 e 2017 são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira por modalidade

	2018		2017	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Empréstimos (a)	11.767	4,07	38.746	12,85
Direitos creditórios descontados	20.221	6,99	16.092	5,33
Financiamentos (b)	257.258	88,94	246.805	81,82
Total	289.246	100,00	301.643	100,00
Circulante	226.844	78,43	226.855	75,21
Realizável a longo prazo	62.402	21,57	74.788	24,79
Total	289.246	100,00	301.643	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compras (*Floor Plan*).

b. Diversificação da carteira por vencimento

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	6.507	2,25	5.691	1,89
A vencer:				
Até 90 dias	171.787	59,39	152.551	50,57
De 91 até 360 dias	48.550	16,79	68.612	22,75
Acima de 361 dias	62.402	21,57	74.789	24,79
Total	282.739	97,75	295.952	98,11
Total	289.246	100,00	301.643	100,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Circulante	(6.801)	73,19	(9.439)	74,43
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Realizável a longo prazo	(2.491)	26,81	(3.243)	25,57
Total provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.292)	100,00	(12.682)	100,00
Total da carteira líquida	279.954		288.961	

c. Diversificação da carteira por nível de concentração

	2018		2017	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	21.018	7,27	15.788	5,23
20 maiores devedores seguintes	96.691	33,43	94.399	31,30
Demais devedores	171.537	59,30	191.456	63,47
Total	289.246	100,00	301.643	100,00

d. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	2018		2017	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	-	-	20	-
A	0,50%	185.867	929	173.225	866
B	1,00%	81.477	815	58.734	587
C	3,00%	6.836	205	49.163	1.475
D	10,00%	2.175	218	6.599	660
E	30,00%	4.795	1.438	6.247	1.874
F	50,00%	328	164	640	320
G	70,00%	7.485	5.240	383	268
H	100,00%	283	283	6.632	6.632
Total		289.246	9.292	301.643	12.682

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2018	2017
Saldo inicial	9.283	13.006
Constituição de provisão	10.401	15.944
Reversão de provisão	(9.527)	(11.984)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(865)	(4.284)
Saldo final	9.292	12.682

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem as práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e. Composição da carteira de operações de crédito por indexador

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	217.921	75,34	260.751	86,44
Operações pós-fixadas	71.325	24,66	40.892	13,56
Total	289.246	100,00	301.643	100,00

f. Composição da carteira de operações de crédito por atividade econômica e tipo de cliente

	2018		2017	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	24.284	8,39	21.777	7,22
Comércio	117.815	40,73	140.544	46,59
Serviços	146.146	50,53	138.737	46,00
Pessoa jurídica	288.245	99,65	301.058	99,81
Pessoa física	1.001	0,35	585	0,19
Total	289.246	100,00	301.643	100,00

g. Em 30 de junho de 2018 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 3.472 (R\$ 512 em 30 de junho de 2017).

h. No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram renegociadas operações no total de R\$ 2.521 (R\$ 13.147 em 30 de junho de 2017).

7 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN n° 3.432/2009, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

8 Outros créditos - diversos

	2018	2017
Empréstimos a grupos encerrados (a)	29.950	30.730
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (a)	(26.568)	(26.646)
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 19)	17.001	18.168
Devedores diversos (b)	3.800	2.917
Direitos por adiantamentos a terceiros (c)	2.103	89
Depósitos judiciais (Nota 16)	527	61
Impostos a compensar	493	130
Adiantamento e antecipações salariais	397	348
Adiantamentos diversos (d)	291	278
Títulos e créditos a receber (e)	25	78
Total	28.019	26.153
Circulante	7.991	6.566
Realizável a longo prazo	20.028	19.587

(a) Referem-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora e a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora conforme a avaliação da realização destes empréstimos por meio da análise da situação financeira dos grupos tomadores.

- (b) Os valores de devedores diversos referem-se a valores a receber do Banco Itaú referentes à cobrança de parcelas efetuadas no último dia do mês de junho, repassados ao Banco em D+1, valores e duplicatas a receber de empresas ligadas, e outros.
- (c) Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular BACEN nº 3.047/2002, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. O valor também é apresentado na nota explicativa nº 15b (Outras obrigações - diversas).
- (d) O valor de adiantamentos diversos referem-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e outros.
- (e) Os valores de títulos e créditos a receber referem-se a cotas de consórcios advindas de acordo para liquidação de dívida de cliente, líquidos de provisão para perdas.

9 Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2018 e 2017 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	2018	2017
Bens imóveis	9.505	10.323
Bens móveis	<u>24.572</u>	<u>27.328</u>
Total	<u><u>34.077</u></u>	<u><u>37.651</u></u>

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 08 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

10 Bens não de uso próprio

	<u>2018</u>		<u>2017</u>
	Custo	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	21.261	21.261	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>193</u>
Total	<u><u>21.261</u></u>	<u><u>21.261</u></u>	<u><u>193</u></u>

Os ativos circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada em até um ano.

11 Imobilizado de uso e intangível

	2018			2017	
	Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais médias de depreciação/ amortização %
Imobilizado de uso					
Móveis e utensílios e instalações	946	(770)	176	197	9 e 15,5
Equipamentos de informática	1.309	(947)	362	300	4 e 35,7
Sistemas de transporte	52	(52)	-	84	5 e 38,1
Outras imobilizações	38	(26)	12	14	19,5 e 25,2
Total	2.345	(1.795)	550	595	
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	5.258	(4.842)	416	442	6
Marcas e patentes	11	-	11	11	-
Software e licença de uso	293	(278)	15	42	49,3
Total	5.562	(5.120)	442	495	
Total imobilizado de uso e intangível	7.907	(6.915)	992	1.090	

12 Depósitos

Em 30 de junho de 2018 e 2017 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxas que variam de 35% a 120% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2018					
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Acima de 36 meses	Total		
Depósitos a prazo	7.826	62.080	7.762	69.842	77.668	
Total	7.826	62.080	7.762	69.842	77.668	
	2017					
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total	Total
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Total		
Depósitos a prazo	24.933	7.329	602	7.931	32.864	
Total	24.933	7.329	602	7.931	32.864	

13 Obrigações por empréstimos e repasses

	2018				
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	<u>14.308</u>	<u>36.278</u>	<u>50.586</u>	<u>54.132</u>	<u>104.718</u>
Total	<u>14.308</u>	<u>36.278</u>	<u>50.586</u>	<u>54.132</u>	<u>104.718</u>
	2017				
	Circulante			Exigível a longo prazo	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
Repasses no País - Finame	<u>20.156</u>	<u>47.409</u>	<u>67.565</u>	<u>50.705</u>	<u>118.270</u>
Total	<u>20.156</u>	<u>47.409</u>	<u>67.565</u>	<u>50.705</u>	<u>118.270</u>

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 8,46% a.a. a 10,96% a.a., com as variações do indexador TJLP, (b) nas operações pós-fixadas de 8,50% a.a. a 8,73% a.a., com as variações do indexador SELIC, (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a., (d) operações pós-fixadas de 9,11 % a.a. a 10,22% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

14 Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	957	3.491
Impostos e contribuições a recolher	3.162	2.464
Impostos e contribuições diferidos	<u>8</u>	<u>-</u>
Total	<u>4.127</u>	<u>5.955</u>

15 Outras obrigações - diversas

	2018	2017
Circulante		
Saldo remanescente de grupos a pagar (a)	5.094	5.384
Provisão para pagamento de comissões	4.052	3.477
Provisão programa de incentivo de vendas	3.606	-
Salários e encargos	3.141	2.886
Obrigações por adiantamentos a terceiros (b)	2.103	89
Outros débitos	543	821
Fornecedores	380	331
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	46	43
Provisão para contingências (Nota 16)	-	1
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	18.965	13.032
	<hr/>	<hr/>
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 16)	626	586
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (d) (Nota 23)	97.689	90.978
	<hr/>	<hr/>
Total exigível a longo prazo	98.315	91.564
	<hr/>	<hr/>
	117.280	104.596

- (a) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular BACEN nº 3.432/09, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (b) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na nota explicativa nº 8c.
- (c) O valor de provisão para pagamentos a efetuar refere-se a outros pagamentos e outras despesas administrativas a pagar.
- (d) Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13 o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto a Randon S.A. Implementos e Participações, controladora do Grupo Randon. A captação de recursos no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 09 de julho de 2019.

16 Contingências

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para contingência tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 as ações judiciais com perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

	Provável		Possível		Depósitos Judiciais	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Natureza						
Trabalhista (*)	626	586	594	420	522	61
Tributário	-	-	-	67	-	-
Cível						
Indenizatória	-	-	3	3	5	-
Ordinária	-	-	-	122	-	-
Cautelar exhibitória	-	1	-	-	-	-
Ação de cobrança	-	-	1.705	1.618	-	-
Total	626	587	2.302	2.230	527	61

(*) A Administradora de Consórcio figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivos contingentes:

	2018	2017
Saldo inicial	604	434
Constituição (reversão) de provisão	22	153
Saldo final	626	587

17 Resultado de exercícios futuros

	2018	2017
Comissão por financiamento	748	997
Total	748	997

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticados pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Comprovar (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as empresas do Grupo Randon.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco é de R\$ 75.000, representado por 39.823.221 ações ordinárias e 39.823.221 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em 30 de junho de 2018 e 2017.

b. Dividendos

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago dentro do exercício em que for declarado quando houver lucros passíveis de distribuição. Em 17 de maio de 2018, foram pagos dividendos, aprovados em Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, relativos à data-base 31 de dezembro de 2017 e dividendos complementares.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta “Reserva geral de lucros”, podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados. Em reunião de quotistas ocorrida em 22 de maio de 2018, foi aprovado a destinação do lucro líquido de 2017, ratificando a distribuição de dividendos no montante de R\$ 22.658, já pagos em 2017, e aprovado a distribuição do valor remanescente de R\$ 1.822.

No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2018		2017	
	Banco	Adminstradora	Banco	Adminstradora
Saldo no início do semestre	1.459	-	1.519	19.843
Dividendos complementares provisionados	4.377	1.822	4.559	-
Pagamentos realizados no semestre	<u>(5.836)</u>	<u>-</u>	<u>(6.078)</u>	<u>(19.843)</u>
Saldo atual em 30 de junho	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. No ano de 2017 houve a constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro líquido. Conforme regulamentado na Circular n.º 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2018.

d. Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e a manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre).

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>25.913</u>	24.164
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente (Banco)	(3.001)	(2.520)
Encargos (IRPJ e CSLL) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente (Administradora)	(6.543)	(6.312)
Adições permanentes	(148)	(108)
Exclusões permanentes	114	151
Outros ajustes	<u>(39)</u>	<u>(261)</u>
Total	<u>(9.617)</u>	<u>(9.050)</u>
IRPJ e CSLL provisão corrente	(7.197)	(10.107)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(8)	-
IRPJ e CSLL ativo diferido	<u>(2.412)</u>	<u>1.057</u>
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(9.617)</u>	<u>(9.050)</u>
Alíquota efetiva	<u>37,11%</u>	<u>37,45%</u>

b. Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Adições temporárias				
Provisão para perda de pagamentos a ressarcir	8.710	1.174	(824)	9.060
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.857	8.877	(8.134)	6.600
Provisão para comissões	1.249	4.588	(4.731)	1.106
Receitas diferidas	566	3.091	(3.208)	449
Provisão para contingências	147	71	(3)	215
Rendas de garantias financeiras prestadas	9	-	(9)	-
Provisão s/garantias financeiras prestadas	11	-	(11)	-
Marcação a mercado	2	1	-	3
Outros	<u>560</u>	<u>734</u>	<u>(559)</u>	<u>735</u>
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>17.111</u>	<u>18.536</u>	<u>(17.479)</u>	<u>18.168</u>

	Saldo em 01/01/2018	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Adições temporárias				
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.305	2.056	(1.328)	9.033
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.299	5.105	(8.525)	3.879
Provisão para comissões	1.626	6.729	(6.977)	1.378
Provisão para participações no resultado	842	1.458	(1.654)	646
Receitas diferidas	412	2.938	(3.013)	337
Provisão para contingências	221	74	(64)	231
Outros	708	731	(219)	1.220
Prejuízo fiscal	-	261	(88)	173
Base negativa	-	174	(70)	104
Ativo fiscal diferido (Nota 8)	<u>19.413</u>	<u>19.526</u>	<u>(21.938)</u>	<u>17.001</u>

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano de realização	2018
2018	5.096
2019	2.923
2020	5.330
2021	1.827
2022	<u>1.825</u>
Total	<u>17.001</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 6,61% a.a., no montante de R\$ 4.145(R\$ 6.205 em 2017 à taxa de 8,72% a.a.) e na Administradora à taxa média de custo de capital de 12,2% a.a., no montante de R\$ 7.881 (R\$ 5.598 em 2017 à taxa 15% a.a.), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

20 Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,74% (14,83% em 30 de junho de 2017) sobre o valor da referida contribuição.

21 Outras despesas administrativas

	2018	2017
Comissões sobre vendas	24.620	22.173
Serviços de terceiros	3.406	3.515
Despesas de promoções e relações públicas	2.976	1.242
Perdas com empréstimos a grupos	2.179	1.638
Propaganda e publicidade	1.690	2.384
Participação dos empregados	1.655	1.693
Despesas de processamento de dados	928	539
Despesas de serviços técnicos especializados	825	705
Despesas com manutenção e conservação de bens	820	859
Despesas de viagens no país	675	463
Outras despesas administrativas	<u>1.967</u>	<u>1.927</u>
Total	<u>41.741</u>	<u>37.138</u>

22 Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	2018	2017
Reversão de provisões operacionais	2.704	8
Multas e juros recebidos	889	1.017
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	522	463
Variações monetárias ativas	366	689
Outras receitas operacionais	53	30
Randonprev - avaliação atuarial	21	408
Receita de equalização de taxa BNDES PSI 2012/09	4	54
	<hr/>	<hr/>
Total de outras receitas operacionais	4.559	2.669
	<hr/>	<hr/>
Provisão para perdas com empréstimos	(4.658)	(1.028)
Despesas com processos judiciais	(509)	(13)
Outras despesas eventuais	(299)	(41)
Despesas com outras provisões operacionais	(231)	(270)
Outras despesas operacionais	-	(5)
	<hr/>	<hr/>
Total de outras despesas operacionais	(5.697)	(1.357)
	<hr/>	<hr/>

23 Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos

	Ativo		Passivo							
	Outros créditos		Fornecedores		Depósitos a prazo		Dívida Subordinada		Bônus por financiamento (*)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Randon S.A. Implementos e Participações	-	13	-	(1)	(67.960)	(23.588)	(97.689)	(90.978)	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda.	-	-	-	-	-	(3.832)	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	226	376	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	-	-	-	-	(748)	(997)
	226	389	-	(1)	(67.960)	(27.420)	(97.689)	(90.978)	(748)	(997)
	Resultado									
	Despesa					Receita				
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Bônus por financiamento		Prestação de serviços	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Randon S.A. Implementos e Participações	(1.891)	(429)	(3.002)	(4.858)	(2.010)	(2.443)	-	-	52	22
Randon Administradora de Consórcios Ltda.	-	-	-	-	(11)	(22)	-	-	-	-
Randon Implementos para O Transporte Ltda.	(8)	(83)	-	-	-	-	-	-	-	1
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(77)	(88)	-	-	14	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(2)	(1)	-	-	-	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	63	-
Empresas do Grupo Randon	-	-	-	-	-	-	6.680	7.123	-	-
	(1.899)	(512)	(3.002)	(4.858)	(2.101)	(2.555)	6.680	7.123	135	24

(*) Refere-se a equalização de taxa pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*) e CDC (Nota 17).

No Banco, as operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados, que não são comparáveis as demais transações de mercado.

Na Administradora, as operações restringem-se a prestação de serviços administrativos e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

A Randon S.A. Implementos e Participações possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$ 29.426 (R\$ 27.998 em 2017) e o Banco no montante de R\$ 25 (R\$ 78 em 2017).

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 1.340 (R\$ 1.131 em 2017), referente à benefícios de curto prazo, e R\$ 17 (R\$ 15 em 2017), referente a benefícios de longo prazo.

O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24 Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2018 e 2017 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25 Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Em 30 de junho de 2018 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 33,41%, apurado conforme circular nº. 3.678/13 do BACEN, (35,65% em 30 de junho de 2017), estando em ambos os períodos bastante superior ao mínimo exigido.

26 Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Banco. As descrições completas destas estruturas, assim como informações relativas à Razão de Alavancagem e Adicional de Capital Principal encontram-se disponíveis para consulta no Relatório de Gerenciamento de Riscos, disponível no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, o Banco adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco. As exposições de risco de mercado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio do Banco.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos do Banco mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Banco utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações. A área de tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez do Banco, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou sua Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou a variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos do Banco, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

27 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon.

O Banco e a Administradora reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas “Experiência Empresas Randon no período 2008/2012”, e hipóteses de mortalidade e de Inválidos conforme estudo de aderência realizado em Novembro/2016.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2017. Para o semestre findo em 30 de junho de 2018 não houveram mudanças no plano, no número de participantes e nas premissas que compõe a base atuarial.

* * *

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon
Vice-Presidente: Astor Milton Schmitt
Conselheiro: Erino Tonon

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini
Diretor Administrativo: Jaime Marchet
Diretor Comercial: Geraldo Santa Catharina

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1